



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS**

**7<sup>o</sup> EXAME**  
**DE**  
**SELEÇÃO**

**ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E**  
**DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**  
**- 1998 -**



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**1) Assinale a resposta correta:**

- a) Estado é uma instituição permanente de organização social e é encontrado em todas as sociedades humanas;
- b) Estado é uma forma de organização invariável das sociedades humanas, não havendo diferenças fundamentais entre Estados antigos e modernos;
- c) Estado surge juntamente com a aglomeração do homem em sociedade, sendo a forma exclusiva de organização da vida em coletividade;
- d) Estado é uma forma de organização social condicionada historicamente, sendo a sua estruturação diversa nos diferentes momentos históricos;
- e) surgimento do Estado antecede a organização do homem em sociedade;

**2) No momento do advento de uma nova Constituição, o que ocorre com a legislação até então vigente ?**

- a) é toda ela revogada, surgindo a necessidade de que sejam novamente editadas as leis, em conformidade com as disposições introduzidas pela Constituição;
- b) permanece ela integralmente em vigor, ainda que alguns diplomas legais sejam incompatíveis com a Constituição;
- c) as leis incompatíveis com a Constituição são tidas como não recepcionadas pelo novo ordenamento constitucional e perdem a sua eficácia;
- d) cabe ao Congresso Nacional listar quais as leis que continuam em vigor e quais as que ficam revogadas pela nova Constituição;
- e) cabe ao Poder Executivo listar quais as leis que continuam em vigor e quais as que ficam revogadas pela nova Constituição;

**3) São características do Poder Constituinte originário:**

- a) poder de direito, limitado, condicionado pela ordem jurídica anterior;
- b) poder de fato, absoluto, porém condicionado pela ordem jurídica anterior;
- c) absoluto, poder de direito, se limita apenas pelo respeito aos direitos anteriormente adquiridos;
- d) poder de direito, limitado e de titularidade do Congresso Nacional;
- e) ilimitado, poder de fato, absoluto, incondicionado pela ordem jurídica anterior;

**4) Como se classifica a Constituição Brasileira de 1988 ?**

- a) escrita, promulgada, dogmática, flexível;
- b) escrita, promulgada, histórica, rígida;
- c) escrita, promulgada, dogmática, rígida;
- d) escrita, promulgada, dogmática, semi-rígida;
- e) não escrita, outorgada, histórica, flexível;

5) Podem efetuar o controle incidental de constitucionalidade das leis:

- a) todo e qualquer juiz singular, bem como os Tribunais;
- b) somente o Supremo Tribunal Federal;
- c) todos os Tribunais Superiores;
- d) somente o Pleno dos Tribunais ou seus Órgãos Especiais;
- e) somente o Tribunal de Justiça;

6) No âmbito da legislação concorrente da União e dos Estados:

- a) existindo lei federal específica sobre a matéria fica suspensa a eficácia de lei estadual sobre o mesmo assunto;
- b) a competência da União está limitada ao estabelecimento de normas gerais;
- c) existindo lei federal sobre normas gerais é vedado ao Estado editar leis suplementares.
- d) existindo lei estadual sobre normas gerais, a União deverá observar em sua regulação essas normas jurídicas preexistentes;
- e) embora existindo lei federal sobre normas gerais, os Estados poderão exercer competência legislativa plena desde que esta vise atender a suas peculiaridades.

7) São características do regime federativo brasileiro:

- a) a existência de três entes federativos autônomos: a União, os Estados e o Distrito Federal;
- b) constituírem os Territórios entidade semi-autônoma, vinculados administrativamente aos Estados;
- c) a reserva aos Estados das competências legislativas residuais, que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal;
- d) a previsão de uma ampla participação popular no processo legislativo federal, vedada somente a iniciativa popular no âmbito da legislação estadual e municipal;
- e) a existência do sistema de representação bicameral no âmbito federal e estadual;

8) Assinale a afirmativa errada:

- a) compete à União legislar privativamente sobre trânsito e transportes;
- b) compete aos Estados legislar concorrentemente com a União sobre procedimentos em matéria processual;
- c) compete aos Municípios suplementar a legislação federal e estadual no que couber;
- d) compete aos Estados legislar privativamente sobre propaganda comercial;
- e) compete aos Estados, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas;

9) Tem legitimidade para propor ação popular:

- a) qualquer partido político;
- b) qualquer entidade de classe ou de defesa de interesses coletivos;
- c) o Ministério Público;
- d) qualquer pessoa maior de 21 anos, no gozo de suas faculdades mentais;
- e) qualquer cidadão;

10) Aponte a opção que não constitui vedação do sistema tributário nacional:

- a) proibição de exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;
- b) proibição de utilizar tributo com efeito de confisco;
- c) proibição de instituir impostos sobre templos de qualquer culto;
- d) proibição de estabelecer limitações ao tráfego de pessoas e bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio em vias públicas;
- e) proibição de estabelecer impostos sobre a propriedade imobiliária;

11) Por meio de Decreto o Presidente da República institui um novo tributo. Sabendo-se que o ato normativo possui apenas um defeito, informe qual o princípio constitucional que é vulnerado:

- a) princípio da legalidade;
- b) princípio da irretroatividade;
- c) princípio da anterioridade;
- d) princípio da capacidade contributiva;
- e) princípio da anualidade;

12) Assinale a alternativa incorreta:

- a) leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos semestrais;
- b) é vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária;
- c) a lei orçamentária não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa;
- d) é vedada a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;
- e) os projetos de lei relativos ao orçamento serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum;

13) Estado brasileiro se organiza sob o princípio fundamental da tripartição dos Poderes (tripartição das funções de Estado). É exceção a esse princípio:

- a) a nomeação pelo Executivo de um Ministro de Estado;
- b) a sustação pelo Congresso Nacional dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar;
- c) a edição pelo Poder Executivo de uma medida provisória;
- d) a apresentação ao Congresso Nacional de um projeto de lei do Poder Executivo;
- e) a edição pelo Poder Executivo de um decreto tendente a regulamentar uma lei;

14) No que diz respeito à responsabilidade civil do Estado é correto afirmar:

- a) esta abrange apenas as pessoas jurídicas de direito público mas não as pessoas privadas prestadoras de serviços públicos;
- b) para que seja imputada a responsabilidade ao Estado é necessário provar que o agente estatal agiu com dolo ou culpa;
- c) a responsabilidade é imputável ao Estado independentemente do servidor estar agindo na qualidade de servidor público ou em razão do cargo;
- d) a responsabilidade do Estado é objetiva, bastando ao prejudicado provar o nexo de causalidade entre a ação e o dano;
- e) é cabível a responsabilidade do Estado pelo exercício irregular das atribuições dos Poderes Executivo e Judiciário, mas não do Legislativo.

15) São princípios da Administração Pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- a) a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência;
- b) a legalidade, a discricionariedade, a publicidade e a honradez;
- c) a legitimidade, a moralidade, a impessoalidade e a eficiência;
- d) a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade;
- e) a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a eficiência;

16) Assinale a alternativa incorreta:

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, bem como aos estrangeiros na forma da lei;
- b) são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público;
- c) a lei pode estabelecer limitações de idade em concurso público para acesso a determinados cargos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo;
- d) o membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais, por se constituírem em funções de Estado, não se sujeitam à revisão geral anual única de remuneração do restante do funcionalismo público.
- e) a autonomia gerencial e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta pode ser ampliada mediante contrato de gestão firmado entre seus administradores e o poder público;

17) Não são considerados brasileiros:

- a) os natos e os naturalizados;
- b) os nascidos no Brasil, de pais estrangeiros, que estejam no Brasil a serviço de seu país;
- c) os naturalizados;
- d) os estrangeiros residentes no Brasil há mais de 15 anos ininterruptos, sem condenação penal, que tenham requerido a nacionalidade brasileira;
- e) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro, que vieram a residir no país após completarem 21 anos e requereram a nacionalidade brasileira;

18) Quais as condições constitucionalmente exigidas para a concessão do mandado de segurança ?

- a) *periculum in mora* e ofensa a direito indisponível;
- b) *periculum in mora*, ofensa a direito indisponível e conveniência de que não seja dada publicidade à ação;
- c) ato abusivo ou ilegal praticado por autoridade pública que ofenda direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*;
- d) ofensa ao princípio da legalidade;
- e) cerceamento à liberdade de locomoção;

19) Não constitui direito individual, nos termos da Constituição:

- a) prisão somente em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária;
- b) livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;
- c) livre locomoção no território nacional em tempos de paz;
- d) reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização policial;
- e) liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar;

20) Quanto ao princípio da irretroatividade da lei, assinale a alternativa correta:

- a) a lei não pode retroagir no direito brasileiro por expressa vedação constitucional;
- b) a lei retroage no direito brasileiro apenas para beneficiar o prejudicado;
- c) a lei pode retroagir somente quando se tratar de uma norma de ordem pública;
- d) a lei pode retroagir somente quando a retroatividade estiver prevista no seu próprio texto;
- e) a lei pode retroagir desde que não prejudique o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido.

## TEORIA GERAL DO PROCESSO

### 21) Correlacione as colunas:

(1) AÇÃO	( ) Sucessão encadeada de atos voltados para a consecução de um determinado fim. Instrumento por meio do qual se exerce a função jurisdicional.
(2) JURISDIÇÃO	( ) Sinônimo de rito.
(3) PROCEDIMENTO	( ) Direito público subjetivo de requerer a prestação da jurisdição.
(4) COMPETÊNCIA	( ) Poder-dever do Estado de solucionar conflitos em caráter definitivo.
(5) PROCESSO	( ) Extensão de poder cometido ao órgão jurisdicional.

A seqüência correta, de cima para baixo, é a seguinte:

- a) 5, 3, 1, 2 e 4.
- b) 3, 5, 4, 2 e 1.
- c) 3, 5, 4, 1 e 2.
- d) 5, 3, 4, 2 e 1.
- e) 2, 3, 1, 5 e 4.

### 22) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Como regra geral, o sistema processual brasileiro adota, em matéria de apreciação da prova, o princípio da persuasão racional do juiz.
- b) O princípio do duplo grau de jurisdição é previsto expressamente pela Constituição da República.
- c) A publicidade dos atos processuais poderá sofrer restrições legais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- d) O princípio da motivação das decisões judiciais é garantia processual assegurada expressamente pela Constituição da República.
- e) Segundo o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, nenhuma lesão ou ameaça de lesão a direito pode ser, ainda que por expressa previsão legal, excluída da apreciação do Poder Judiciário.

### 23) No curso de um determinado processo sobrevém lei instituindo nova norma processual, que revoga norma anterior. Qual a solução a ser adotada pelo Juiz da causa?

- a) Deverá observar o princípio da unidade processual e aplicar a lei anterior até o término do processo, sob pena de atribuir efeito retroativo à lei nova.
- b) Deverá encerrar a fase processual em curso sob o pálio da lei anterior e, pelo princípio da incidência imediata da norma processual, aplicará a lei nova a partir da fase processual subsequente.
- c) Deverá considerar válidos os atos processuais praticados sob a égide da lei anterior e aplicar a lei nova aos atos que lhe forem posteriores, independentemente da fase.
- d) Deverá facultar às partes exercerem a opção sobre a norma a ser aplicada.
- e) Deverá decidir consoante as regras de experiência e segundo seu prudente arbítrio.

### 24) A incompetência relativa:

- a) pronunciável *ex officio* pelo Juiz.
- b) enseja a rescisão da sentença, caso não argüida oportunamente.
- c) é suscetível de argüição a qualquer tempo por meio de exceção.
- d) deve ser argüida por meio de exceção, e sua não argüição enseja a prorrogação da competência do Juiz.
- e) deve ser argüida como preliminar da contestação, e sua não argüição não enseja a prorrogação da competência do Juiz.

**25) O réu em determinado processo alegou em sua defesa que:**

- o autor da ação não era o titular do crédito que lhe estava sendo cobrado;
- a pretensão deduzida estava prescrita;
- o verdadeiro credor não cumpriu sua obrigação no negócio jurídico que originou o crédito.

Segundo a sistemática adotada pelo Código de Processo Civil, tais questões classificam-se, respectivamente, como:

- a) questão preliminar, questão prejudicial e questão de mérito.
- b) questão preliminar, questão de mérito e questão de mérito.
- c) questão preliminar, questão preliminar e questão de mérito.
- d) questão prejudicial, questão preliminar e questão de mérito.
- e) questão de mérito, questão prejudicial e questão de mérito.

**26) Sobre as especificidades processuais relativas à Fazenda Pública é correto afirmar que:**

- a) seu prazo para contestar é de 60 (sessenta) dias contados do primeiro dia útil seguinte à data da juntada da carta postal de citação com aviso de recebimento.
- b) seu prazo para contestar conta-se em quádruplo, para recorrer, em dobro, e também em dobro para falar nos autos de modo geral.
- c) as sentenças contrárias à União, Estados, Municípios e suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista sujeitam-se ao duplo grau obrigatório de jurisdição.
- d) a Fazenda Pública poderá ser demandada perante os Juizados Especiais Cíveis, desde que a demanda tenha valor inferior a quarenta salários mínimos e seja de menor complexidade.
- e) a União Federal, os Estados e o Distrito Federal serão representados em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores e os Municípios por seu Prefeito ou procurador.

**27) Analise as assertivas abaixo:**

(I) Preclusão temporal é a perda de uma faculdade processual pelo decurso do prazo fixado para o seu exercício.

(II) A coisa julgada formal configura-se pela impossibilidade de reexame da sentença no âmbito do processo em que foi proferida.

(III) A coisa julgada material torna imutável e indiscutível o que foi decidido na sentença, no mesmo processo ou em qualquer outro que envolva a mesma relação jurídica.

*Estão corretas:*

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Apenas uma das assertivas.

**28) São os elementos identificadores das ações:**

- a) Legitimidade para a causa, possibilidade jurídica do pedido e interesse em agir.
- b) Partes, objeto e juiz.
- c) Capacidade postulatória, competência do juiz e adequação do procedimento.
- d) Partes, pedido e causa de pedir.
- e) Valor da causa, partes e causa de pedir.

29) Sobre a organização do Poder Judiciário brasileiro é correto afirmar que:

- a) Ao Supremo Tribunal Federal compete, dentre outras atribuições, realizar o controle de constitucionalidade dos atos normativos federais, estaduais e municipais.
- b) Ao Superior Tribunal de Justiça compete, dentre outras atribuições, zelar pela unificação da interpretação do direito federal.
- c) Aos Tribunais Regionais Federais compete apenas julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos Juízes Federais.
- d) Os Tribunais de Justiça dos Estados não exercem controle concentrado da constitucionalidade.
- e) As Juntas de Conciliação e Julgamento são compostas por um Juiz togado, um Juiz classista e um Conciliador.

30) São auxiliares da Justiça, o primeiro permanente e o segundo temporário:

- a) o perito e o escrivão.
- b) o juiz e o perito.
- c) o escrivão e o perito.
- d) o escrivão e o oficial de justiça.
- e) o advogado e o perito.

## DIREITO CIVIL

31) Assinale a afirmativa incorreta:

- a) o credor de coisa certa não pode ser obrigado a receber outra, ainda que mais valiosa;
- b) a coisa incerta será indicada, ao menos, pelo gênero e quantidade;
- c) na obrigação de fazer, se a prestação do fato se impossibilitar sem culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação;
- d) as obrigações solidárias não podem ser estipuladas por vontade das partes;
- e) nas obrigações solidárias, o credor tem direito de exigir e receber de um ou alguns dos devedores, parcial, ou totalmente, a dívida comum.

32) Marque a opção incorreta - É nulo o ato jurídico quando:

- a) eivado por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação ou fraude;
- b) praticado por pessoa absolutamente incapaz;
- c) a lei taxativamente o declarar nulo ou lhe negar efeito;
- d) não revestir a forma prescrita em lei;
- e) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.

33) Assinale a afirmativa correta:

- a) a condição puramente potestativa é nula;
- b) na condição resolutiva, enquanto esta não se verificar, o ato jurídico não se torna eficaz;
- c) na condição suspensiva, enquanto esta não se verificar, o ato jurídico permanece eficaz;
- d) condição é a cláusula que subordina o efeito do ato jurídico a evento futuro e certo;
- e) a lei veda a possibilidade de condição resolutiva tácita.

34) Marque a opção incorreta - o prazo prescricional:

- a) é passível de renúncia;
- b) em se tratando de direitos pessoais, não pode ser conhecido ex officio pelo juiz;
- c) está sujeito a causas suspensivas, impeditivas e interruptivas;
- d) flue contínua a preempitoriamente;
- e) pode ser alegado, em qualquer instância, pela parte a quem aproveita.

35) Salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar:

- a) no dia em que é sancionada;
- b) no dia em que é publicada;
- c) 45 dias depois de oficialmente publicada;
- d) 45 dias depois de votada no Congresso Nacional;
- e) 60 dias depois de votada no Congresso Nacional.

36) O condomínio é uma espécie de:

- a) pessoa natural;
- b) pessoa jurídica de direito privado;
- c) pessoa jurídica de direito público;
- d) pessoa formal;
- e) sociedade irregular.

37) As coisas infungíveis têm como característica essencial o fato de:

- a) desaparecerem com o uso comum;
- b) não desaparecerem com o uso comum;
- c) não se identificarem pela sua individualidade, mas pela quantidade e qualidade;
- d) identificarem-se por sua individualidade própria;
- e) mesmo quando reunidas, se consideram, de per si, independentemente das demais.

38) Comoriência é:

- a) o efeito de a lei revogada restaurar-se por ter a lei revogadora perdido a vigência;
- b) o período existente entre a publicação de uma lei e a sua entrada em vigor;
- c) o estado de vida em comum de um homem e uma mulher que não são casados;
- d) a presunção da simultaneidade da morte na hipótese de dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião e não for possível averiguar qual deles faleceu primeiro;
- e) uma espécie de ato ilícito.

39) Quando a lei nova substituir a anterior, tratando de todo o assunto versado na lei antiga, ocorre o fenômeno da:

- a) confusão;
- b) novação;
- c) derrogação;
- d) subrogação;
- e) abrogação.

40) No direito brasileiro, a personalidade civil do homem tem início a partir:

- a) do registro do nascimento;
- b) do nascimento com vida;
- c) dos 16 (dezesesseis) anos;
- d) dos 21 (vinte e um) anos;
- e) da emancipação.

41) Assinale a opção correta:

- a) o domicílio da União Federal é o Palácio do Planalto;
- b) o domicílio dos Estados são as respectivas Assembléias Legislativas;
- c) o domicílio do Município é o lugar onde funcione a administração municipal;
- d) o domicílio das demais pessoas jurídicas é o da filial que tiver maior faturamento;
- e) o domicílio civil da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência sem ânimo definitivo.

42) São elementos essenciais da relação obrigacional civil:

- a) partes, objeto e causa de pedir;
- b) partes, pedido e causa de pedir;
- c) capacidade, objeto e consentimento;
- d) capacidade, objeto e vínculo jurídico;
- e) partes, objeto e vínculo jurídico.

43) Assinale a opção correta - Direito subjetivo é:

- a) sinônimo de direito patrimonial;
- b) sinônimo de norma jurídica editada pelo Estado;
- c) a possibilidade de praticar ou não determinado ato;
- d) o direito que, para ser exercido, independe de um comportamento por parte do sujeito passivo;
- e) o direito de exigir que, sob pena de sanção, o sujeito passivo cumpra o seu dever jurídico.

44) Assinale a opção incorreta - São considerados bens imóveis pelo Direito Civil brasileiro:

- a) os edifícios;
- b) os direitos de autor;
- c) o direito à sucessão aberta;
- d) os direitos reais sobre imóveis;
- e) o solo com a sua superfície.

45) O prazo prescricional para a propositura de ação judicial em face do Estado é de:

- a) 20 (vinte) anos;
- b) 15 (quinze) anos;
- c) 10 (dez) anos;
- d) 05 (cinco) anos;
- e) 02 (dois) anos.

46) Os direitos insuscetíveis de modificação subjetiva são chamados de:

- a) direitos absolutos;
- b) direitos relativos;
- c) direitos patrimoniais;
- d) direitos personalíssimos;
- e) direitos pessoais.

47) Assinale a opção incorreta:

- a) negócio jurídico é a declaração de vontade em que o agente persegue o efeito jurídico correspondente;
- b) ato jurídico em sentido estrito é a declaração de vontade cujos efeitos jurídicos são gerados independentemente de serem perseguidos diretamente pelo agente;
- c) o ato jurídico em sentido estrito pode ser natural ou voluntário;
- d) os atos ilícitos são uma espécie de fato jurídico;
- e) os fatos jurídicos podem ter origem em uma declaração de vontade.

48) As benfeitorias são:

- a) as utilidades que a coisa periodicamente produz, sem desfalque da sua substância;
- b) as utilidades que a coisa periodicamente produz, com desfalque da sua substância;
- c) as obras ou despesas feitas na coisa, com o fim de conservá-la, melhorá-la ou embelezá-la, excluindo as oriundas de incrementos naturais;
- d) os melhoramentos introduzidos na coisa oriundos de incrementos naturais;
- e) os rendimentos retirados da utilização da coisa.

49) A responsabilidade civil do Estado, pelos atos comissivos dos seus agentes:

- a) independe de prova;
- b) independe de culpa do agente;
- c) depende de culpa do agente;
- d) inexistente, sendo responsável apenas o agente;
- e) depende de prévia condenação criminal do agente.

50) Tício celebrou contrato com Mévio acertando que alienará sua casa no dia em que seu cachorro Rex morrer.

Sobre o elemento acidental do negócio jurídico acima descrito, é correto afirmar tratar-se de:

- a) encargo;
- b) simulação;
- c) condição suspensiva;
- d) termo incerto;
- e) condição resolutiva.

# Poder Executivo

RIO DE JANEIRO • TERÇA-FEIRA  
1 DE DEZEMBRO DE 1998  
ANO XXIV • Nº 223 • PARTE I

# 39

## Procuradoria Geral do Estado

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

### A V I S O

#### 7º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIARIOS

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTAGIARIOS faz saber aos interessados que é o seguinte o gabarito do Exame de Seleção realizado em 29.11.98:

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

- |        |        |        |
|--------|--------|--------|
| 01 - D | 08 - D | 15 - A |
| 02 - C | 09 - E | 16 - D |
| 03 - E | 10 - E | 17 - B |
| 04 - C | 11 - A | 18 - C |
| 05 - A | 12 - A | 19 - E |
| 06 - B | 13 - C | 20 - E |
| 07 - C | 14 - D |        |

#### TEORIA GERAL DO PROCESSO

- |        |        |        |
|--------|--------|--------|
| 21 - A | 25 - B | 29 - B |
| 22 - B | 26 - E | 30 - C |
| 23 - C | 27 - A |        |
| 24 - D | 28 - D |        |

#### DIREITO CIVIL

- |        |        |        |
|--------|--------|--------|
| 31 - D | 38 - D | 45 - D |
| 32 - A | 39 - E | 46 - D |
| 33 - A | 40 - B | 47 - C |
| 34 - D | 41 - C | 48 - C |
| 35 - C | 42 - E | 49 - B |
| 36 - D | 43 - E | 50 - D |
| 37 - D | 44 - B |        |

O resultado final do Exame de Seleção, com a classificação dos candidatos aprovados, será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - Parte I.